



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 20/04/1998
C	Stolzenfels
	Rubrica

Processo : 10830.001301/95-11  
Acórdão : 202-09.416  
Sessão : 26 de agosto de 1997  
Recurso : 100.362  
Recorrente : COLDEMAR IND. E COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA.  
Recorrida : DRJ em Campinas/SP

**IPI - CLASSIFICAÇÃO FISCAL** - Por aplicação das RGI/SH e Notas do Capítulo, os aceleradores de reação e preparações catalíticas que não sejam compostos de constituição química definida e que contenham outra substância deliberadamente adicionada durante a fabricação, merecem ser classificados na posição 3815, da TIPI/88. **PENALIDADE**. Por aplicação do princípio da retroatividade benigna disposta no art. 106, II, 'a' e 'b' do CTN (art. 45 da Lei nº 9.430/96 e Ato Declaratório/CST nº 9, de 16.01.97). **ENCARGOS DA TRD**. Inaplicabilidade. A título de juros de mora no período anterior a 01.08.91. Princípio da irretroatividade da lei tributária. **Recurso parcialmente provido**.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: COLDEMAR IND. E COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, excluindo os encargos da TRD, cobrados a título de juros de mora, no período anterior a 01.08.91 e reduzir a multa pecuniária a 75%.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1997

Marcus Víncius Neder de Lima  
Presidente

José Cabral Giaofano  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Hélio Escovedo Barcellos, Tarásio Campelo Borges, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Fernando Augusto Phebo Júnior (Suplente) e Antônio Sinhite Myasava.

opr/



Processo : 10830.001301/95-11

Acórdão : 202-09.416

Recurso : 100.362

Recorrente : COLDEMAR IND. E COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA.

## RELATÓRIO

Nos termos da denúncia fiscal (fls. 48/53) a contribuinte é acusada de ter dado saída a produtos industrializados - catalisadores denominados PC 10, PC 18, PC 20, PC 22 e PC 26, no período de 31.01.90 a 31.12.94 - com a classificação fiscal na TIPI/88 sob o código 2904.10.0500 (alíquota reduzida a zero), sendo que o certo seria o código 3815.19.9900, sujeito à alíquota de 10%.

Impugnado tempestivamente o feito fiscal (fls.50/51), o Sr. Delegado de Julgamento da Receita Federal em Campinas/SP indeferiu o pleito da contribuinte, sendo que a DECISÃO Nº: 11175/03/GD/2.935/96 (fls. 76/81) está lavrada sob a seguinte ementa:

*"Erro na classificação fiscal - Na determinação da classificação fiscal correta de um produto deve-se aplicar as RG/SIH após defini-lo corretamente. No caso dos produtos denominados Catalizadores PC-10, PC-18, PC-20, PC-22 e PC-26 a correta classificação é a posição 3815, com alíquota de 10%. Ao IPI não lançado, pela sua não observância, cabe lançamento de ofício."*

Em suas razões de recurso (fls. 87/89) o sujeito passivo sustenta ser correta a posição adotada (2904.10.0500) e que a posição imposta pelo Fisco se aplica às substâncias ativas de Níquel ou Composto de Níquel e de Metais Preciosos, inexistindo qualquer referência ao Tolueno e Xileno, ácidos estes utilizados nas fórmulas dos produtos sob exame.

Diz que a decisão recorrida ao posicionar os produtos sob o código 3815.19.9900, por não encontrar classificação específica, remeteu-os a OUTROS, única forma de sustentar a exigência.

Assevera que a fiscalização acredita e quer que todos acreditem que existe mudança na simples adição de Ácido Paratoluenosulfônico e o Ácido Xilenosulfônico mudam a espécie, não dando importância ao parecer de seu químico, que afirma inexistir mudança e sendo sulfonados, continuam com as propriedades natas.

Sustenta que os produtos (catalisadores) são compostos de ácidos, portanto, podem ser misturas compostas, sulfonadas, e ocupar até, no caso, a posição 2904.10.9900. Pede seja adotada a definição da Nota 1 do Capítulo 29, da TIPI/88.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10830.001301/95-11  
Acórdão : 202-09.416

As contra-razões da Sra. Procuradora da Fazenda Nacional estão às fls. 93/94 e pedem pela manutenção da decisão recorrida.

É o relatório.



Processo : 10830.001301/95-11  
Acórdão : 202-09.416

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JOSÉ CABRAL GAROFANO

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal. Dele conheço por tempestivo.

O julgador singular assim decidiu a lide:

*"Para classificar-se qualquer produto a partir da tabela derivada da NBM/SH - Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - como é o caso da TIPI/88, é necessário em primeiro lugar definir-se exatamente qual o produto que se pretende classificar.*

*Este passo importante depende do exame das informações sobre o produto prestadas pelo próprio fabricante. Embora alguns produtos apresentem dificuldades para serem corretamente definidos, nem sempre, ao contrário do que o senso comum presume, é necessário valer-se de laudos técnicos, uma vez que a merceologia é capaz de resolver a maior parte destes problemas. Tal presunção é fruto do desconhecimento da matéria por parte dos leigos, que acabam confundindo a codificação de produtos com atividade onde seja essencial o domínio técnico total de fórmulas e processos de produção ou mesmo dos possíveis empregos dos produtos. Entender assim o procedimento de classificação de produtos, seria subverter totalmente a finalidade da criação de tal sistema uma vez que o mesmo pretende traduzir para uma linguagem universal, simples e econômica, os diversos nomes de produtos nos mais variados países da comunidade econômica internacional, permitindo assim o pleno desenvolvimento do comércio entre as nações.*

*Feito o preâmbulo, tem-se que a impugnante noticia às fl. 7, em resposta ao termo de intimação fiscal, que os catalisadores PC são utilizados para a catalise de Resinas utilizadas nas fundições, sendo o PC-4 ácido toluenossulfônico e os PC-18/20/22/26/30 ácido xilenossulfônico.*

*No entanto, às fl. 04/05 pode-se obter informações mais completas sobre a composição dos produtos objeto da pendenga, a saber:*

*1 - Catalisador PC-04 - 70% ácido paratoluenossulfônico / 30% água*

*2 - Catalisador PC-18 - 77% ácido xilenossulfônico / 17% ácido paratoluenossulfônico / 8% metanol*



Processo : 10830.001301/95-11  
Acórdão : 202-09.416

3 - Catalisador PC-20 - 92% catalisador PC-18 / 9% metanol

4 - Catalisador PC-22 - 90% catalisador PC-26 / 9% metanol

5 - Catalisador PC-26 - 71% ácido xilonossulfônico / 14% catalisador PC-4 / 8% água / 8% metanol

*Embora na relação acima não conste o catalisador PC-10, pela informação no parecer de fl. 73 é possível saber que ele é composto dos mesmos elementos que os demais catalisadores.*

*Com esses esclarecimentos, observa-se que esses produtos codificados, na TIPI/88, apresentam-se perfeitamente definidos.*

*Deste ponto é possível aplicar-se as Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado (art. 1º do RIPI/82), do qual deriva a TIPI/88, para dar continuidade ao procedimento de classificação. Antes porém, faz-se mister uma breve introdução de alguns conceitos sobre a estrutura do 'Sistema Harmonizado de Designação e de Classificação de Mercadorias' e da 'Nomenclatura Brasileira de Mercadorias'.*

*De acordo com o artigo 1º da 'Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias', firmada em Bruxelas, em 14 de junho de 1983, entende-se por 'Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias', ou simplesmente, 'Sistema Harmonizado', a Nomenclatura, compreendendo as Posições e Subposições e respectivos códigos numéricos, as Notas de Seção, de Capítulo e de Subposição, bem como as Regras Gerais para a interpretação do Sistema.*

*O Sistema Harmonizado possui, portanto, a seguinte estrutura: Regras Gerais para a sua interpretação, num total de 6; Notas de Seção, Notas de Capítulo e Notas de Subposição; lista ordenada de posições e de subposições, apresentadas sistematicamente, compreendendo 96 Capítulos. No Sistema Harmonizado as mercadorias são identificadas em grupos de seis (6) dígitos, chamado 'código SH', sendo que os quatro primeiros dígitos correspondem à posição, enquanto o 5º e 6º dígitos correspondem às subposições de 1º e 2º nível, respectivamente (ou subposições de 1 (-) ou 2(-) travessões).*

*De acordo com o item 3 do art. 3º da referida Convenção Internacional, cada parte contratante poderá criar, no âmbito de sua nomenclatura, subdivisões para a classificação de mercadorias a um nível mais detalhado que o Sistema Harmonizado, desde que tais divisões sejam acrescentadas e codificadas para*



Processo : 10830.001301/95-11  
Acórdão : 202-09.416

*além do código numérico de seis dígitos do Sistema Harmonizado. Deste modo, a Nomenclatura Brasileira de mercadorias acrescentou aos seis dígitos do Sistema Harmonizado mais quatro dígitos, que constituem os itens e subitens.*

*Assim a primeira regra a ser seguida seria:*

*'Os títulos das Seções, Capítulos e Subcapítulos têm apenas valor indicativo. Para os efeitos legais, a classificação é determinada pelos textos das posições e das Notas de Seção e de Capítulo e, desde que não sejam contrárias aos textos das referidas posições e Notas, pelas Regras seguintes...'*

*Cabe agora verificar se a posição 2904 seria adequada ao que como pretende o contribuinte.*

*Esta posição encontra-se no Capítulo 29 - Produtos químicos orgânicos - cuja nota I define que:*

*'Notas.*

*Ressalvadas as disposições em contrário, as posições do presente Capítulo apenas compreendem:*

- a) os compostos orgânicos de constituição química definida, apresentados isoladamente, mesmo contendo impurezas;*
- b) omissis*
- c) omissis*
- d) as soluções aquosas dos produtos das alíneas a), b), ou c) acima...'*

*A alínea 'a' da nota acima transcrita necessita de alguns esclarecimentos que encontramos nas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (art. 17 do RIPI/82), a saber:*

#### *'CONSIDERAÇÕES GERAIS*

*O Capítulo 29, em princípio, inclui apenas os compostos de constituição química definida apresentados isoladamente, ressalvadas as disposições da Nota I do Capítulo.*

#### *A) Compostos de constituição química definida*



Processo : 10830.001301/95-11  
Acórdão : 202-09.416

(Nota 1 do Capítulo)

*Um composto de constituição química definida, apresentado isoladamente, é um composto químico distinto, de estrutura conhecida, que não contém outra substância deliberadamente adicionada durante ou após a fabricação (incluída a purificação). Consequentemente, um produto constituído, por exemplo, por sacarina misturada com lactose, no intuito de torná-lo particularmente apto para a utilização como edulcorante, exclui-se do presente Capítulo (ver Nota Explicativa da posição 29.25).*

...

*Os compostos de constituição química definida, apresentados isoladamente, classificados nos presente Capítulo, podem apresentar-se em solução aquosa...*

*Pelo exposto fica claro que apenas o produto Catalisador PC-4, preenche os requisitos para classificar-se na posição 2904. Tem razão o autuante quando afirma que os produtos por ele reclassificados não são misturas enquadradas nesta previsão legal.*

*A referência à Nota 4 do Capítulo 29 é infundada visto que a mesma se refere aos derivados mistos de derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados, tais como os sufoalogenados, nitroalogenados, nitrosulfonados ou nitrossufoalogenados. Este também não é o caso em pauta.*

*Resta agora verificar-se se a posição indicada pelo autor do feito seria o correto.*

*Consultando-se a TIPI/88 (aprovada pelo decreto nº 97.410/88) e aplicando-se a primeira regra da RGI/SH, verifica-se que a posição 3815 é a correta para a classificação dos produtos objeto da autuação fiscal, cujo texto é abaixo reproduzido:*

*'3815 - Iniciadores de reação, aceleradores de reação e preparações catalíticas, não especificados nem compreendidos em outras posições.'"*

Estou com a sentença.

Na verdade, como bem destacou a decisão recorrida, como descritas as fórmulas dos produtos questionados, tão-somente o PC-4 merece classificação na posição 2904 - sendo que



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10830.001301/95-11

Acórdão : 202-09.416

o mesmo foi excluído da exigência - que é composto de 70% de ácido paratoluenossulfônico e 30% de água e, os outros são aceleradores de reação ou preparações catalíticas, que não apresentam isoladamente constituição química definida, de estrutura não definida, que receberam outras substâncias durante a fabricação, ao contrário do que estabelece a Nota 1 do Capítulo 29, da TIPI/82.

A Lei nº 8.383/91, pelos seus artigos 80 a 87, ao autorizar a compensação e a restituição dos valores pagos a título de encargos da TRD, instituídos pela Lei nº 8.177/91, considerou indevidos tais encargos e, ainda, pelo fato da não-aplicação retroativa do disposto no artigo 30 da lei nº 8218/91, devem ser excluídos da exigência os valores da TRD relativos ao período anterior a 01.08.91, quando, então, foram instituídos os juros de mora equivalentes a TRD, pela Medida Provisória nº 298/91 e a Lei nº 8.218/91. Entendimento este já admitido pela Administração Fazendária, como faz certo a IN/SRF n. 032, de 09.04.97 (art. 1º).

Por fim, tendo em vista a edição da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1.996, em seu artigo 45, e a expedição do Ato Declaratório (Normativo) nº 9, de 16 de janeiro de 1.997, da Coordenação-Geral do Sistema de Tributação da SRF, a multa de 100% deverá ser reduzida a 75%, por aplicação do disposto no artigo 106, inciso II, letras "a" e "b", do CTN.

Assim, forte nas razões, voto pelo PROVIMENTO PARCIAL do recurso voluntário, excluindo os encargos da TRD, cobrados a título de juros de mora, no período anterior a 01.08.91 e reduzir a multa pecuniária a 75%.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1997

JOSÉ CABRAL CAROFANO